



“Certas coisas se sentem com o coração. Deixa falar o teu coração, interroga os rostos, não escutes as línguas.”

Umberto Eco



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Conexão Brasília-Nápoles para fortalecer a capital federal como polo gastronômico

Atualmente, estão em operação 13 mil bares e restaurantes, dos quais cerca de mil são pizzarias, empregando mais de 90 mil trabalhadores. Deste total 6,9 mil diretamente nas pizzarias. Com o potencial do DF que se mostra como terceiro polo gastronômico do país, o Senac decidiu investir em capacitação profissional para atender o mercado local que cresce. E, para ser referência internacional, firmou parceria com a Associazione Verace Pizza Napoletana (AVPN), instituição reconhecida mundialmente por certificar a verdadeira pizza napolitana. No mundo todo, existem apenas 1.180 pizzarias com a certificação em países como Itália, Estados Unidos, Chile, Alemanha, Japão, Espanha, entre outros. No campo educacional, há 19 escolas certificadas pela AVPN no mundo, e apenas uma no Brasil, em Canela (RS). E o Senac-DF será a segunda no Brasil. Vai abrir um curso técnico de pizzaiolo com especialização na pizza napolitana. A primeira turma começa em março de 2026, com dois grupos de 12 alunos cada.

Rafael Carmona/Senac-DF



Força para o turismo

“Essa experiência vai além da gastronomia, ela tem reflexo direto no desenvolvimento econômico de Brasília, pois reforça nosso atrativos turísticos, mas circuito que atende os visitantes para trabalho e para lazer, do Brasil e do exterior”, destaca presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire.

Fornecedores do DF

O diretor regional do Senac-DF, Vitor Corrêa, explica que a iniciativa está atrelada à valorização, também, dos produtos do Distrito Federal. “Vamos buscar produtores locais e incentivá-los a terem os insumos semelhantes aos de Nápoles para fazemos as pizzas aqui. E, além disso, temos nosso cardápio exclusivamente de produtos do Cerrado no Café-Escola Casa de Chá, na Praça dos Três Poderes. Um grande sucesso”, conta.

Rafael Carmona/Senac-DF



Pioneiro

O empresário de Brasília Gil Guimarães, sócio-fundador da pizzaria Baco, acompanhou a missão do Senac em Nápoles. Ele tem a certificação da AVPN para produzir as pizzas napolitanas. “Foi uma emoção poder compartilhar conhecimento, me senti em casa. E será muito bom para o mercado de trabalho no DF, que possa ser ampliado o acesso a essa especialização”, disse.

Patrimônio da Humanidade

A arte dos pizzaiolos napolitanos, que deu fama mundial a essa especialidade da cozinha italiana, entrou para a lista de Patrimônio Imaterial da Humanidade da Unesco em 2017.



Rafael Carmona/Senac-DF

Da produção dos insumos à internacionalização de negócios

Representantes da Fecomércio-DF e do Senac foram a Nápoles oficializar a parceria. O objetivo da missão foi promover um intercâmbio técnico-pedagógico na área da educação profissional em gastronomia. A programação incluiu visitas a produtores agrícolas, aulas e atividades em instituições de ensino de referência, como a Universidade Federico II e a própria AVPN.

Especialização que agrega produto

Para o presidente do Sindohbar-DF, Jael Silva, a iniciativa representa um marco para o setor gastronômico da capital. “Estamos falando de formação de excelência, que traz a metodologia e o padrão de uma das escolas mais respeitadas do mundo”, explicou. “Isso significa mais qualidade, competitividade e reconhecimento para os profissionais e para o nosso mercado local.”

Mais fiscalização no DF contra devedor contumaz

Os deputados distritais aprovaram o Projeto de Lei Complementar 37/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte (Cidadania), que estabelece mecanismos mais rigorosos para combater os “devedores contumazes” no Distrito Federal. O objetivo é garantir a concorrência leal entre os agentes econômicos e coibir práticas ilícitas que possam prejudicar o mercado. O projeto estabelece a implementação de um Regime Especial de Fiscalização, com medidas mais severas para garantir o cumprimento das obrigações tributárias, além de coibir práticas de concorrência desleal. O contribuinte considerado devedor contumaz poderá ser submetido a fiscalização intensificada, a fim de evitar que sua inadimplência resulte em distorções no mercado, como a prática de preços abaixo do devido, prejudicando empresas que cumprem regularmente suas obrigações fiscais.

Ed Alves/CB



Petrobras é alvo de críticas na COP30

A Frente Parlamentar Mista do Biodiesel manifestou “indignação” com a decisão do governo federal de utilizar, como vitrine da transição energética na COP30, um combustível fóssil, segundo as especificações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que é o diesel coprocessado com óleo vegetal. A própria patente, que é detida pela Petrobras, caracteriza o produto como diesel, pois a presença mínima de conteúdo renovável não é suficiente para descaracterizar o produto como fóssil. “Essa escolha desconsidera completamente os esforços e as propostas técnicas apresentadas pelo setor de biocombustíveis, que ofereceu soluções concretas para abastecimento da frota da COP30 com B25 (mistura com 25% de biodiesel) e o uso de B100 (100% biodiesel) nos geradores”, afirma o manifesto da Frente.

Freepik



Roberta Aline/MDS



Wellington Dias: combate à pobreza nas universidades

O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento Social) está articulando com reitores de universidades e escolas técnicas federais a criação de cursos voltados à superação da pobreza. A ideia é formar profissionais especializados no tema, sejam bacharéis, sejam técnicos. O objetivo é profissionalizar a área. Wellington Dias avalia que as políticas de combate à fome e à pobreza no país ainda carecem de base científica e são executadas de forma improvisada. Ele defende a formação de gestores qualificados e trazer evidências científicas para o desenho das políticas sociais. “Países que superaram a pobreza levaram muito em conta a ciência”, argumenta.

OPERAÇÃO

PCDF desarticula esquema que contava com atuação de dois funcionários, sendo um deles também militar do Corpo de Bombeiros. Eles emitiam documentos de licenciamento para empresários de lojas de compra e venda de veículos usados

Servidores do Detran investigados

» LUIZ FELLIPE ALVES

» MANUELA SÁ*

A manhã de ontem foi movimentada para os policiais da 18ª DP de Brasília. Nas primeiras horas do dia, uma operação deflagrada pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) expôs um complexo esquema de corrupção envolvendo agentes e servidores públicos no Detran-DF. Ao todo, foram cumpridos 45 mandados de busca e apreensão em localidades como Cidade do Automóvel, Taguatinga, Águas Claras, Vicente Pires, São Sebastião, Riacho Fundo I e II, Santa Maria, Ceilândia, Vila Planalto e No-roeeste, no DF, além de Pedregal e Águas Lindas de Goiás.

As investigações da operação nomeada como “Wrong Way” — Caminho errado, em inglês — estão acontecendo há um ano e tiveram início a partir de informações encaminhadas pela própria Corregedoria do Detran-DF, que indicava a atuação fraudulenta de dois servidores do Detran.

Segundo apuração do **Correio**, estão envolvidos um segundo-sargento do Corpo de Bombeiros e um servidor do Detran. As investigações apontaram que servidores

envolvidos com o esquema estariam emitindo Autorizações de Transferência de Propriedade de Veículo (ATPV-e) de forma irregular, sem conferência da documentação exigida, mediante o pagamento de R\$ 150 por processo.

De acordo com a PCDF, os dois servidores emitiram centenas de autorizações nos últimos quatro anos, em conluio de pelo menos 36 empresários. Essas movimentações eram realizadas utilizando a credencial do sistema Getran, que é responsável pelos registros e transferências veiculares. Além disso, empresas de venda e locação de veículos também foram apontadas na investigação. De acordo com a Polícia Civil, as empresas prometiam aos clientes que o veículo seria entregue com a documentação já transferida, sem a necessidade do comparecimento do comprador ao órgão competente. Todo o esquema envolveu, ao menos, 15 empresas de compra e venda de veículos usados.

Durante a operação, documentos e equipamentos eletrônicos foram recolhidos para uma série de perícias e análises por técnicos que irão relacionar os itens apreendidos com o esquema de corrupção. As investigações também

Hiram Vargas



Órgão diz que está “colaborando com as investigações” e reforça a atuação para “desarticular fraudes”

identificaram movimentações bancárias incompatíveis com a renda dos investigados, incluindo

tentativa de ocultação da origem de valores recebidos de forma ilícita. Entre as movimentações,

estavam valores que superavam em mais de dez vezes os salários dos servidores.

Extorsão digital movimentou R\$ 2,6 milhões

» DARCIANNE DIOGO

Seis municípios do Rio Grande do Sul e um de Santa Catarina foram alvo de uma megaoperação executada pela 5ª Delegacia de Polícia (área central) ontem. Os policiais civis do DF identificaram, nas regiões, o domínio de uma

organização criminosa especializada em extorsões mediante fraude digital. São cumpridas 15 ordens judiciais, sendo três de prisão.

A partir de uma ocorrência registrada no DF em 29 de janeiro do ano passado, a polícia tomou conhecimento acerca do grupo. Segundo o delegado-chefe da 5ª

DP, Wellington Barros, os criminosos se infiltraram em sites de garotas de programa e se passavam por uma delas. Depois da troca de conversas entre o cliente e a falsa garota de programa, outro membro do bando entrava em contato com a vítima.

Nesse contato, as vítimas eram

submetidas a grave intimidação psicológica por um dos criminosos que se dizia integrante de facção criminosa: elas recebiam fotos de armas de fogo e ameaças diretas a familiares. Como condição, exigia transferências via PIX. No DF, a vítima efetuou duas transferências que somaram R\$ 1 mil, após ter

dados pessoais sensíveis expostos pelos extorsionários como forma de validar a ameaça e demonstrar capacidade de localização.

O avanço das diligências investigativas, contudo, expôs dimensão significativamente maior do empreendimento criminoso. Mediante análise de inteligência financeira e afastamentos de sigilo judicialmente autorizados, foi possível identificar movimentação financeira superior a R\$ 2,6

milhões. O rastreamento patrimonial evidenciou padrão típico de ocultação de valores: transações fracionadas, contas interpostas e fluxos cruzados entre titulares vinculados por laços familiares ou associativos — técnica característica da fase de dissimulação (layering) no processo de lavagem de capitais.

Os suspeitos vão responder por extorsão, lavagem de dinheiro e organização criminosa.